

MUSICOGRAFIA BRAILLE: APRENDIZADO E INCLUSÃO

Ozani Pereira de Oliveira Malheiros¹; Cristiane Maria Galdino de Almeida

Universidade Federal da Paraíba

ozmalheiros@hotmail.com

Resumo: Este artigo é um recorte de pesquisa de Mestrado em andamento, cujo objetivo é investigar estratégias e recursos para o ensino da Musicografia Braille a pessoas com e sem deficiência visual, simultaneamente. Assim, esta pesquisa qualitativa tem como método investigativo a pesquisa-ação, que busca desenvolver técnicas e conhecimentos que valorizem e aperfeiçoem o saber e a prática diária do ensino da Musicografia Braille. A pesquisa está transcorrendo no Laboratório de Educação Musical Especial e Inclusiva – LEMEI/UFPE. Como este trabalho está em desenvolvimento, ainda não dispomos de resultados e consequentes discussões. No entanto, pretendemos somar conhecimento e aprendizagem, bem como contribuir para a busca de estratégias, recursos e materiais metodológicos que concorram para o ensino da Musicografia Braille, ao mesmo tempo em que se desenvolve, na prática, a inclusão.

Palavras-chave: Musicografia Braille, Educação Musical, Inclusão.

Introdução

O interesse por desenvolver essa pesquisa surgiu enquanto ministrávamos aulas de Musicografia Braille a pessoas normovisuais e pessoas cegas e/ou com deficiência visual, separadamente, até que surgiu a oportunidade de ministrar aulas em uma turma composta por alunos normovisuais e um aluno com cegueira adquirida². A partir dessa experiência, percebemos que só a áudio-descrição e o uso de um software de editoração de partituras em braille – Musibraille³, não era suficiente para atender as necessidades dos alunos, particularmente do aluno com cegueira. Em decorrência disso, as inquietações foram surgindo e nos levaram a esta pesquisa, que tem como objetivo geral, *Investigar estratégias e recursos para o ensino da Musicografia Braille a educandos normovisuais, cegos e/ou com deficiência visual, através de uma pesquisa-ação*, e como objetivos específicos:

- Trabalhar as realidades musicais de educandos normovisuais, educandos cegos e/ou com deficiência visual, em sala de aula;
- Identificar ferramentas que possibilitem a melhoria do ensino/aprendizagem da Musicografia Braille;

¹ Bolsista CAPES

² Quando a pessoa adquire a deficiência visual no decorrer de sua vida.

³ Software brasileiro, gratuito, desenvolvido pelos Professores: Dr. Antônio Borges da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a doutoranda Dolores Tomé da Universidade do Porto – Portugal, 2014.



- Analisar o desenvolvimento destes educandos no decorrer deste estudo;
- Transcrever, em tinta e em braille, o resultado desta pesquisa.

Pesquisar estratégias e recursos para o ensino da educação musical da pessoa cega e/ou com deficiência visual, em concomitância com a pessoa normovisual, irá somar conhecimento e aprendizado, e contribuirá para a ampliação da inclusão destas pessoas no âmbito da educação musical, social, educacional, laboral, entre outros.

Segundo Figueira (2009), durante séculos as pessoas com deficiência viveram à margem da sociedade e só começaram a ser lembradas nas duas primeiras décadas do Império, quando citadas em nossa primeira Constituição, em 25 de março de 1824 (FIGUEIRA, 2009, p. 86). Porém, em 1854 é fundado, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, pelo imperador D. Pedro II, devido à sensibilidade e grande empenho do escritor e poeta brasileiro José Álvares de Azevedo, que havia estudado no Real Instituto de Jovens Cegos de Paris, pois o mesmo também tinha uma deficiência visual e havia se sensibilizado com o descaso e abandono das pessoas com deficiência visual no Brasil. (FIGUEIRA, 2009, p. 88, 89).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), por sua vez, define a educação como um direito de todos, inclui a educação da pessoa com deficiência, mas de uma forma segregadora, ou seja, a educação destas pessoas era em espaços separados dos demais alunos. Todavia, as “Regras Padrões sobre a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências” (BRASIL, 1999), promulgada pelas Nações Unidas em 1990, em Salamanca, Espanha, mais conhecida como a Declaração de Salamanca, asseguraram a educação das pessoas com deficiência como sendo dever do Estado e parte integrante do sistema educacional, reconhecendo assim o direito humano e social destas pessoas. A Declaração de Salamanca afirma que:

A educação especial deveria ser integrada dentro de programas de instituições de pesquisa e desenvolvimento e de centros de desenvolvimento curricular. Atenção especial deveria ser prestada nesta área, a pesquisa-ação locando em estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem. Professores deveriam participar ativamente tanto na ação quanto na reflexão envolvidas em tais investigações. Estudos-piloto e estudos de profundidade deveriam ser lançados para auxiliar tomadas de decisões e para prover orientação futura. Tais experimentos e estudos deveriam ser levados a cabo numa base de cooperação entre vários países (BRASIL, 1994, p. 10).

A partir daí, o governo busca, com mais ênfase, melhoria na educação especial e na inclusão, implantando várias legislações (Lei 9.394/96; Decreto 3.298/99; PNE - Lei 10.172/01; Lei 10.436/02, etc.), que corroboraram para a busca de melhor acesso para as pessoas que necessitam de

educação especial de uma forma mais ampla, que abrangesse todas as áreas do conhecimento e todos os níveis escolares.

O censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, afirma que no Brasil, 45.606.048 pessoas tem algum tipo de deficiência, ou seja, 23,9% da população total do país, dentre os quais, 18,60% são deficientes visuais (IBGE, 2010, p. 6). O acesso à Educação dessas pessoas é premente, conforme várias justificativas legais já citadas. Todavia, observamos que a teoria ainda está distanciada da prática no que se refere à realidade educacional das pessoas cegas, e principalmente a sua inclusão no contexto da Educação Musical. Tomemos como exemplo a atual Base Nacional Comum Curricular - Brasil (2016), e que, ao dispor sobre a educação das pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas afirma que:

O direito das pessoas com deficiência à educação efetiva-se mediante a adoção de medidas necessárias para sua plena participação, em igualdade de condições com as demais pessoas, na comunidade em que vivem, promovendo oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, sem restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na condição de deficiência. (BRASIL, 2016, p. 39).

E consta, também, nos seus objetivos, o “desenvolvimento das múltiplas linguagens” (BNCC, 2016, p. 35), dentre elas as artísticas, e, acreditamos que a Música esteja inserida neste contexto. Porém, percebemos que, com relação às pessoas com deficiência visual, apenas o “ensino do Sistema Braille” (BNCC, 2016, p. 40) foi contemplado (como Atividade do Atendimento Educacional Especializado), mas em momento algum a Musicografia Braille é citada.

O Sistema Braille foi à forma mais apropriada de alfabetização das pessoas cegas, pois lhes proporcionou autonomia e independência no acesso à escrita e leitura. E, tanto o Sistema Braille quanto a Musicografia Braille, foi desenvolvido pelo Professor e músico francês, Louis Braille, que foi aluno, e posteriormente, professor do Real Instituto de Jovens Cegos de Paris, hoje, Instituto Valentin Haüy (MELLOR, 2008, p. 100; 123).

A Musicografia Braille é uma notação musical em braille e “consiste no sistema de leitura e escrita musical convencionalmente adotado por pessoas com deficiência visual” (BONILHA, 2010, p. 5). Por isso sua importância na preparação de futuros educadores musicais, e o aprimoramento dos educadores musicais já graduados.

No entanto, a Educação Musical da pessoa cega e/ou com deficiência visual, mais especificamente o uso da Musicografia Braille como metodologia de ensino da música, ainda não é reconhecida pelas legislações, além de ser um tema pouco abordado na Educação Musical Especial,

principalmente quando se trabalha esse ensino em simultaneidade com pessoas sem deficiência visual. Os poucos educadores musicais que detém o conhecimento da Musicografia Braille e o utilizam em sala de aula, desenvolveram o seu aprendizado *por conta própria* (grifo nosso). De acordo com Tudissaki (2012),

Educadores musicais especialistas no ensino para deficientes visuais em todo o mundo contemplam a Musicografia Braille como uma forma eficaz de produção de um aprendizado musical mais completo e eficiente para os deficientes visuais. Mesmo assim, no Brasil, ela ainda não tem sido devidamente utilizada. Poucos são os educadores musicais brasileiros que fazem uso dela, o que dificulta sobremaneira o aprendizado da leitura musical por parte desses alunos (TUDISSAKI, 2012, p. 950).

Da mesma forma, Louro (2012, p. 272), referindo-se ao ensino da música às pessoas cegas e/ou com deficiência visual, afirma que, “[...] há poucos profissionais no Brasil especializados, realidade que precisa ser modificada com urgência, caso se pretenda consolidar o conceito de *acessibilidade a todos os cidadãos*” (grifo da autora).

Alguns pesquisadores, tais como, Louro (2012), Cucchi (2013) Bonilha (2010), Tudissaki (2015) e Tomé (2002), apresentaram em seus trabalhos, um discurso sobre a falta de educadores musicais, de metodologias, de planos e meios para o ensino da Musicografia Braille. Conforme Tudissaki e Lima (2012, p. 950), “[...] a falta de materiais pedagógicos especializados para o ensino musical dos deficientes visuais restringe as possibilidades de leitura musical, uma vez que se concentra numa proposta de trabalho pedagógico voltado exclusivamente para a audição”. Com isso, observamos que as dificuldades apontadas pelas autoras acima citadas, nos remetem a pensar sobre a necessidade urgente de preparar educadores musicais, buscar recursos e estratégias para o ensino da música às pessoas cegas e/ou com deficiência visual. Por isso, este trabalho tem, como proposta, a busca de materiais que contribuam para o ensino da música desse público, em concomitância com as pessoas normovisuais, a fim de se ter uma melhoria no ensino/aprendizagem da Musicografia Braille. O maior problema de uma pessoa com cegueira e/ou com deficiência visual não está na falta de capacidade de aprender, mas sim, nas situações desvantajosas às quais são expostas corriqueiramente. Inúmeras são as barreiras por eles encontradas, e não falo das barreiras arquitetônicas (notória por todos), mas, principalmente, as barreiras atitudinais, bem como as barreiras “didáticas pedagógicas” (MELO, 2014, p. 58).

Metodologia

Por tratar-se de uma pesquisa-ação e com o intuito de atingir os objetivos propostos, buscamos apoio em Tripp (2005), que considera a pesquisa-ação um dos tipos de investigação-ação que busca desenvolver técnicas e conhecimentos que contribuam para o enriquecimento e o aprimoramento do saber e da prática diária, e que é um “[...] ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela” (TRIPP, 2005, p. 446). Ou seja, a pesquisa inicia-se com um planejamento cujo intuito é a melhora de uma prática, seguida de uma ação para a implantação dessa melhora, vindo posteriormente o monitoramento e a descrição dos efeitos desta ação e finalizando com a avaliação dos resultados das ações que foram planejadas. Com isso, entendemos que a investigação-ação, de um modo geral, é um ciclo contínuo da busca pela melhoria da prática.

Algumas etapas foram designadas para o melhor desempenho deste trabalho. Na primeira etapa desta pesquisa e durante todo o período da mesma, está sendo feita uma análise bibliográfica e a busca por materiais que contribuam para o ensino/aprendizagem da Musicografia Braille. Nesta etapa também foi apresentado aos participantes um Termo de Consentimento com o objetivo de obter autorização do uso de fotografias e filmagens dos mesmos durante as aulas. Já os questionários serão usados para fazer um levantamento do conhecimento dos participantes relacionados à Teoria Musical, ao Sistema Braille e à Musicografia Braille, no início e no término da pesquisa, a fim de avaliarmos o desenvolvimento destes educandos. Todavia, salientamos que estes Termos e Questionários foram escritos em tinta e braille, de acordo com a necessidade de cada participante. Além dos registros em fotos e vídeos, também está sendo utilizado um diário de campo onde são anotados as aulas e os resultados de cada aula ministrada. A pesquisadora atuará diretamente nas aulas, como professora de Musicografia Braille e observadora.

A segunda etapa da pesquisa acontece em sala de aula, no Laboratório de Educação Musical Especial e Inclusiva – LEMEI/UFPE, um projeto que,

[...] vem implantando no Departamento de Música da UFPE uma linha de ação em caráter permanente envolvendo a promoção de palestras, mesas-redondas, cursos, oficinas, pesquisas e atividades artísticas que possibilitem à comunidade interna e externa acesso à prática musical de forma ampla e efetiva. (MALHEIROS, 2014, p. 7).

As aulas de Musicografia Braille acontecem uma vez por semana, com duração de duas horas de aula, tendo seu início se dado no dia 16 de setembro de 2016 e previsão de término para 16 de dezembro de 2016, perfazendo assim um total de 14 encontros com carga horária total de 28 horas/aula. Este projeto de pesquisa conta com a participação de seis educandos, sendo três

educandos cegos e três educandos normovisuais, dentre os quais temos participantes com um conhecimento avançado do Sistema Braille e exíguo conhecimento da Teoria Musical, alguns com excelente conhecimento do Sistema Braille e pouquíssimo conhecimento da Musicografia Braille e outros com um conhecimento esplêndido da Teoria Musical e nenhum conhecimento do Sistema Braille ou da Musicografia Braille.

A terceira etapa do projeto consiste da análise do desenvolvimento dos educandos, através da dos dados colhidos e consequente transcrição destes dados e então caminhar para a etapa final, que culminará com a parte descritiva do trabalho, em tinta e em braille.

Conclusão

Em 1990, a inclusão social surgia, como um novo conceito que causava uma preocupação internacional, trazendo regras bem definidas de uma sociedade para todos, com a pretensão de atender as necessidades do mais marginalizado ao mais privilegiado. (FIGUEIRA, 2009, p. 105). Entretanto, visualizando a realidade do nosso país, percebemos que o caminhar para a plena realização destas regras ainda é muito lento e o caminho a percorrer ainda é longo. Para tanto, algumas ações podem ser pensadas e repensadas, tais como: mudanças nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em música; o aperfeiçoamento dos educadores, principalmente os educadores musicais, já que o ensino/aprendizagem da Musicografia Braille difere do ensino/aprendizagem da Musicografia tradicional, tanto na escrita quanto na leitura; atualizações metodológicas e materiais pedagógicos que contribuam para o aprendizado musical do aluno cego e/ou com deficiência visual, consequentemente sua inclusão em escolas de música, conservatórios, cursos de graduação e pós-graduação em música.

Como a pesquisa está em andamento, ainda não temos os resultados finais. Entretanto, a experiência tem sido proveitosa e positiva, tanto para os participantes da pesquisa quanto para a pesquisadora, mesmo porque, durante o trabalho se observa uma troca de vivências, de conhecimentos e crescimento tanto na área do ensino/aprendizagem, quanto na área da inclusão, além da troca de ideias sobre quais materiais, dentre os que estão sendo utilizados em aula, melhor se adéqua metodologicamente. A progressão e realização desta pesquisa visa somar conhecimento e aprendizagem, bem como contribuir para a busca de estratégias, recursos e materiais metodológicos que contribuam para o ensino da Musicografia Braille, ao mesmo tempo em que se desenvolve, na prática, a inclusão.



Referências

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa; CARRASCO, Claudiney Rodrigues. *Ensino de Musicografia Braille: um caminho para educação musical inclusiva*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 2007. 17., São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPPOM, 2007. Disponível em:
<http://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/educacao_musical/edmus_FBonilha_CCarrasco.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. *Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*. Brasília: 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 03 out. 2016.

_____. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. *Bases Nacionais Comum Curricular*. MEC, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em 30 ago. 2016.

CUCCHI, Kátia Daniela. *Software Musibraille: a interface entre educador leigo em Musicografia Braille e educando cego*. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação Musical) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/textos/dissertacao_katia_cucchi.pdf> Acesso em: 14 jan. 2016.

FIGUEIRA, Emílio. *Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil*. São Paulo: Giz Editorial, 2009.

IBGE. *Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência*. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção das Pessoas com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH/PR 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

LOURO, Viviane. *Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência*. 1ª edição – São Paulo: Editora Som, 2012.

MALHEIROS, Ozani Pereira de Oliveira. A Musicografia Braille na educação musical especial. In: XII ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 12. 2014, São Luís. *Anais...* São Luís: ABEM, 2014. Disponível em <http://abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/regional_nordeste/nordeste/paper/view/688/177> Acesso em: 12 abr. 2016.

MELLOR, C. Michael. *Louis Braille: Le génie au bout des doigts*. Paris: Éditions du patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, pour la présente edition, 2008.

MELO, Marcos Welby Simões. *Acessibilidade na educação musical para educandos com deficiência visual no contexto da sala de aula*. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16911>> Acesso em: 25 jan. 2016.

TRIPP, David. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3>> Acesso em: 18 mar. 2016.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar. *Ensino de música para pessoas com deficiência visual*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2015.

TUDISSAKI, Shirley Escobar; LIMA, Sonia Regina Albino de. A Musicografia Braille como recurso pedagógico para a aprendizagem musical de deficientes visuais. In: IV SEMANA DE EDUCAÇÃO MUSICAL IA-UNESP / VIII ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 12. 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: IA-UNESP/ABEM, 2012. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/ivsemanaeducacaomusical/>> Acesso em: 04 out. 2016.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília. 1994.